



Secretaria de Política Econômica

MINISTÉRIO  
DA FAZENDA

# **Relatório de Gestão 2000**

Edward Amadeo  
**Secretário**

Fernando Miguel Montero  
Joaquim Ferreira Vieira Levy  
Wagner Thomaz de Aquino Guerra Junior  
**Secretários-Adjuntos**

Mary Brito Silveira  
**Chefe de Gabinete**

## **Equipe Técnica:**

Daniel Sigelmann  
Fernando César Campos Gurgel  
Jacira Aguiar Nunes  
Maria Bernadete P. Sauressig  
Paulo Guilherme M. de Melo Filho  
Rui Batista Reis  
Yvan Faria Bayardino

Edson Rodrigues da Silva  
Francisco Garcia Oliveira e Silva  
Jesse Ferreira Barros  
Mary Vieira Gomes  
Regina Resende  
Sebastião Aquino Goveia Filho

Evandro Gonçalves dos Santos  
Glaciene Bandeira Serra  
Luci Maria Alves  
Patrícia Abraham  
Roberto Shoji Ogasavara  
Sônia Maria Queiróz Pereira

*Fevereiro/2001*

## **1. ATRIBUIÇÕES E MISSÃO INSTITUCIONAL**

A elaboração do Relatório de Gestão – 2000, significa mais que uma mera formalidade de apresentação das atividades desenvolvidas no ano anterior. Além de cumprir o objetivo de tomada de contas anual para o controle interno, o relatório é um instrumento por meio do qual a Secretaria de Política Econômica avalia o cumprimento das suas atribuições regimentais bem como de seus objetivos, metas e resultados previstos, propiciando programar, no curto, médio e longo prazos, as adequações necessárias para os próximos exercícios.

O Regimento Interno da Secretaria de Política Econômica-SPE foi aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 116 de 17 de maio de 1996. Cabe à SPE assistir e assessorar o Ministro de Estado da Fazenda na formulação, acompanhamento e coordenação da política econômica, analisar e sugerir alternativas de condução da política monetária e financeira, em particular dos agregados monetários, das taxas de juros, da rentabilidade dos ativos e da dívida pública; acompanhar e fornecer suporte técnico à política da dívida externa do setor público; apreciar os planos e programas de natureza econômica submetidos ao Ministério da Fazenda; acompanhar a execução do Programa Nacional de Desestatização; assessorar o Ministro da Fazenda junto ao Conselho Monetário Nacional e no Programa de Estabilidade Fiscal; acompanhar a implementação das políticas governamentais dos sistemas financeiros, de seguros, de capitalização, previdência complementar e do mercado de capitais; pronunciar-se sobre a conveniência da participação do Brasil em acordos ou convênios internacionais relacionados com o comércio exterior; acompanhar, analisar e sugerir alternativas de políticas relativas ao setor externo incluindo política cambial, comercial, balanço de pagamentos e mercado internacional de crédito; acompanhar e sugerir alternativas de política de relacionamento com o Fundo Monetário Internacional – FMI, com o Banco Mundial, com a Organização Mundial do Comércio – OMC e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, incluindo a política de contratação de empréstimos junto a esses organismos; propor prioridades globais e setoriais dos planos anuais, plurianuais, programas e projetos de interesse nacional; e definir prioridades macroeconômicas para os principais agregados setoriais da economia nacional.

A Secretaria de Política Econômica, para cumprir de forma zelosa sua missão institucional, mantém gestões e articulações permanentes junto a indivíduos, instituições governamentais e não governamentais ligadas aos setores dinâmicos da economia no âmbito das políticas social, industrial, de serviços, agrícola, de comercialização, etc., bem como a organismos que lidam com assuntos de natureza econômica e centros de pesquisas

afins, como forma de acompanhar a evolução da economia nacional e internacional, em um cenário de constantes transformações e adaptações dos agentes econômicos participantes desse contexto globalizado.

A Secretaria de Política Econômica participa ainda, por indicação do Ministro da Fazenda e do Secretário-Executivo, de comitês, comissões, conselhos e grupos de trabalho de interesse do Ministério da Fazenda, com vistas ao atendimento pleno das demandas que são formuladas ao Poder Executivo e direcionadas à área econômica.

## 2. ATIVIDADE FIM

### 2.1 ANÁLISES MACROECONÔMICAS/PRODUTOS

A Secretaria de Política Econômica, buscando atingir as metas estabelecidas no Plano Plurianual 2000-2003 – PPA, por meio da ação de *Análise Macroeconômica e Proposição para a formulação da Política Econômica* constante do Programa GESTÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA, produziu durante o ano de 2000, dez Boletins de Acompanhamento Macroeconômico, o Balanço Anual de Acompanhamento Macroeconômico/2000, e mais três produtos, não previstos naquela ação, mas voltados a cumprir de forma particular os objetivos de análise e formulação próprios da Secretaria. Esses produtos foram: o **Orçamento Social da União**; o **Orçamento de Renúncias Fiscais e Subsídios da União**; e a **Evolução dos Indicadores Sociais no Brasil**. Com o intuito de divulgação e transparência dos resultados alcançados por essas análises específicas, os estudos (produtos) foram distribuídos à imprensa, a diversos órgãos governamentais, públicos e privados, e disponibilizados também na página do Ministério da Fazenda, na Internet.

#### 2.1.1 Boletins e Balanço Anual de Acompanhamento Macroeconômico

Nos últimos seis anos, a economia brasileira vem passando por profundas transformações em sua estrutura. As reformas atingem tanto a área institucional, redimensionando e reorientando a participação do estado na economia, quanto a área produtiva, refletindo a abertura comercial, os grandes investimentos na área de infraestrutura e os ganhos de produtividade da mão-de-obra.

Esse ambiente dinâmico propicia a constante mudança de paradigmas e aumenta a importância de publicações voltadas para a análise e investigação da realidade econômica.

Foi nesse contexto que, a partir de agosto de 1994, a Secretaria de Política Econômica passou a editar, periodicamente, o Boletim de Acompanhamento Macroeconômico. Inicialmente, o Boletim tinha como principal objetivo tornar mais ágil e

transparente a divulgação e análise dos dados estatísticos do programa de estabilização econômica (Plano Real). Nesse aspecto, o Boletim cumpriu um papel fundamental ao diminuir o grau de especulação gerado naquele período apontando os novos rumos para a economia, sob um sistema de preços estáveis.

Com a consolidação do Plano Real e a divulgação, pelo Presidente da República, das estratégias e objetivos – Avança Brasil – que nortearam o Plano Plurianual 2000-2003, o Boletim ampliou seu escopo, diferenciando-se das demais publicações de análise de conjuntura, ao apresentar um acompanhamento sistemático e apurado dos principais indicadores macroeconômicos, dentro da perspectiva da Macro-Estratégia “Criar um Ambiente Favorável ao Crescimento Sustentável” e do Programa de GESTÃO DE POLÍTICA ECONÔMICA.

Em cada edição do Boletim são analisados o comportamento da atividade econômica e agrícola, dos preços, do setor externo, da área fiscal e dos mercados de trabalho, monetário e financeiro. Em cada tópico são também sintetizados os principais elementos que permitem compreender o desempenho do mercado financeiro, e seu reflexo sobre os demais. Os Boletins, ao longo do exercício, tiveram periodicidade aproximadamente mensal.

Periodicamente são abordados temas que encontram-se em discussão pelos formuladores de políticas, acadêmicos e analistas, aprofundando seu debate dentro de uma ótica de racionalidade econômica, privilegiando a visão do governo sobre o assunto. O Boletim também procura dar clareza e compreensão às medidas adotadas pelo Governo.

O Balanço Anual, além de consolidar a análise dos acontecimentos ao longo do ano, incluiu reflexões sobre as perspectivas da economia para 2001 e os próximos anos, o processo de estabilização e suas conexões com a sustentabilidade do crescimento e a capacidade da economia de enfrentar os períodos de turbulência externa. Esse exame permitiu construir, em conjunto com premissas sobre as variáveis domésticas e externas, cenários para a evolução futura da economia, que constituem uma importante contribuição ao esclarecimento dos agentes públicos e privados e auxílio aos seus processos decisórios.

As diversas menções do Boletim e do Balanço Anual na imprensa especializada, e a sua utilização pelo setor privado e por diversos formuladores de políticas públicas, comprovam sua importância como canal de comunicação e elemento de transparência na gestão econômica de um governo democrático, o que justifica sua proeminência entre os diversos produtos da Secretaria.

### **2.1.2. Orçamento de Renúncias Fiscais e Subsídios da União:**

O levantamento empreendido para a elaboração do **Orçamento de Renúncias Fiscais e Subsídios da União** buscou quantificar e qualificar o universo total de benefícios concedidos à sociedade nos anos de 1998 e 1999. A meta, mais uma vez, foi contribuir para a transparência destas políticas do Governo Federal, apontando a variedade de instrumentos utilizados e objetivos desejados.

A opção por exercícios passados deveu-se às vantagens de usarem-se dados referentes à execução do Orçamento da União, ou seja, gastos efetivamente realizados. Dado que, com frequência, o Orçamento é suplementado nos últimos meses do ano, um documento que focasse no ano 2000 e portanto tivesse que se apoiar essencialmente em dados orçamentários poderia perder sua permanência.

O documento foi um esforço pioneiro na direção de apurar e apresentar os subsídios e renúncias fiscais, de forma sistemática e comparativa, em relação aos gastos orçamentários, quantificando estas transferências no âmbito do Governo Federal e identificando seus beneficiários. As principais fontes de informação para a preparação do documento foram o Orçamento da União, e informações publicadas ou prestadas pela Secretaria da Receita Federal, Ministério da Previdência e Assistência Social, Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Agricultura, Banco Central do Brasil, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, Banco do Brasil, Banco do Nordeste do Brasil, Banco da Amazônia e Caixa Econômica Federal.

Os benefícios foram classificados segundo dois grandes critérios: o critério orçamentário e o critério distributivo, isto é, de acordo com as políticas públicas. Do ponto de vista orçamentário, os benefícios foram distinguidos por sua natureza tributária (isenções e deduções da renda tributável) ou previdenciário. Além disso eles podem tratar-se de subsídios, tais como garantias de preços mínimos, empréstimos a taxas favorecidas, etc. Além disto, os benefícios podem estar explicitados no Orçamento Geral da União, ou não. Os últimos, apesar de não estarem explicitados, não deixam de onerar o erário público, e portanto, também foram incluídos no trabalho. Do ponto de vista distributivo, os subsídios e renúncias foram classificados entre aqueles de caráter social, regional e setorial.

Evidenciados a magnitude e o destino dos benefícios concedidos, e levando em conta o princípio de que subsídios e renúncias podem ser justificáveis, quando resultam em retornos positivos para a sociedade como um todo, fica aberta a possibilidade de discutir a relevância de cada incentivo específico. Isto é natural, uma vez que renúncias fiscais e subsídios devem ser entendidos como elementos da despesa pública, e como tal, sujeitos ao processo decisório de alocação dos recursos públicos, consubstanciado no Orçamento

da União. Neste sentido, o trabalho, ao agrupar de modo consistente o conjunto de benefícios, visou fornecer um instrumento à realização desta tarefa.

Assim, o documento abre as portas para uma futura discussão mais ampla da relevância dos diversos incentivos. Para atingir tal propósito será necessário levantar de forma abrangente e sistemática os efeitos decorrentes das renúncias fiscais e dos benefícios listados no estudo. Isto permitiria avaliar as relações custo-benefício envolvidas e compará-las com aplicações alternativas dos recursos públicos. Montado este quadro, a sociedade que, em última instância, é quem financia os benefícios, teria condições, por meio de seus representantes nos poderes legislativo e executivo, de decidir sobre a melhor forma de investir aqueles recursos.

### **2.1.3 Orçamento Social da União:**

Reconhecendo a importância do dispêndio público federal para a redução dos níveis de pobreza do País e para a alavancagem do desenvolvimento econômico e social, a SPE procurou montar o Orçamento Social do Governo Federal. Este visou explicitar as quantias destinadas anualmente aos diferentes campos da política social e os instrumentos de política utilizados. Esta análise explicitou a proporção preponderante deste gasto entre todos os outros gastos do Governo Federal, e o fato que apenas os gastos diretos nesta área corresponderam a quase 70% de toda a receita líquida do governo em 1999. Isto deu-se sem prejuízo do ajuste fiscal empreendido neste ano e da responsabilidade fiscal que tem se implantado de forma profunda na Administração Pública brasileira.

O Governo Federal não dispõe de estatísticas consolidadas que permitam auferir adequadamente seu dispêndio de natureza social. Os dados disponíveis no Balanço Geral da União, por exemplo, são dispostos obedecendo a outros critérios (classificação orçamentária-financeira), e não abarcam o conjunto dos gastos destinados à área social, uma vez que existem despesas públicas não computadas no Orçamento (empréstimos do FAT para PRONAF, por exemplo). O Orçamento da Seguridade Social também não é um bom indicador do gasto social, pois deixa de incluir diversas despesas que devem ser classificadas como tal (presentes no Orçamento Fiscal), bem como inclui outras que não necessariamente são consideradas como dispêndios sociais.

Como forma de suprir essa lacuna, a equipe técnica da SPE recorreu à menor unidade de classificação orçamentária (subações) e montou uma série estatística do gasto social. A principal fonte de pesquisa utilizada neste empreendimento foi o SIAFI Gerencial, que permite extrair as despesas da maneira desejada.

O Orçamento Social se organizou à volta de 7 (sete) diferentes áreas de atuação: Previdência Social, Saúde, Educação e Cultura, Assistência Social, Trabalho, Saneamento e

Habitação, Benefícios a Servidores. Procurou-se identificar os principais subitens dentro de cada campo, de modo a permitir uma análise mais desagregada do Orçamento Social. Às cifras coligidas e organizadas, agregou-se uma descrição das políticas que estes gastos apoiam e, em alguns casos, breve análise do impacto social destes gastos.

Os gastos de natureza social com subsídios, renúncias fiscais e associados ao Sistema "S", muitos dos quais não são registrados no SIAFI, também foram incorporados ao estudo, de modo a compor um painel mais geral da política social. Esta parte do estudo beneficiou-se das informações levantadas no outro estudo dessa SPE, o **Orçamento de Renúncias Fiscais e Subsídios da União**, resultante de um planejamento de atividade com vistas à eficiência.

Dessa forma foi possível fazer uma radiografia da política social do Governo Federal, tornando-a mais transparente para a sociedade e para o próprio governo, fato que consideramos importante para os rumos futuros dessa política.

#### **2.1.4 Evolução dos Indicadores Sociais no Brasil**

O estudo **Evolução dos Indicadores Sociais no Brasil**, reuniu um conjunto de dados cuja evolução retrata aspectos essenciais das condições sociais no país e das transformações que vêm ocorrendo nos últimos anos. Eles cobriram as áreas de educação, saúde, trabalho infantil, pobreza e renda, posse de bens duráveis e acesso a serviços de infra-estrutura básica. Os indicadores foram, em sua maioria, construídos pelo IPEA, sob a coordenação do Prof. Ricardo Paes de Barros, com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Na área de saúde, foram utilizados os dados da Pesquisa Nacional de Saúde Materna, Infantil e Planejamento Familiar (PNSMIPF) e da Pesquisa Nacional de Saúde e Demografia (PNSD).

A evolução destes indicadores encontra ressonância nas políticas macroeconômicas e sociais adotadas pelo Governo Federal nos últimos anos. Para alguns indicadores, o trabalho traz ainda projeções para os anos de 2005 e 2010, que apontam, o que pode-se esperar de melhora para os próximos anos como fruto da continuidade ou expansão das políticas atuais.

## **2.2. ANÁLISES ESPECÍFICAS E SETORIAIS (NOTAS E PARECERES TÉCNICOS)**

Além dos produtos já citados anteriormente, a equipe técnica da SPE analisou e participou, direta e indiretamente da elaboração de Decretos, Medidas Provisórias e Resoluções do Conselho Monetário Nacional, de natureza econômica. Além destes, a Secretaria analisou, ao longo do exercício, inúmeros Projetos de Lei, da Câmara dos

Deputados e do Senado Federal. Analisou, também, a pedido do Gabinete do Ministro, diversas propostas deste e de outros Ministérios (Medidas Provisórias, Decretos, etc.)]

Os Projetos de Lei e as propostas eventuais de Emendas Constitucionais ocorrem no início e ao final de sua tramitação, no Congresso Nacional, antes de ir a Plenário para votação. Toda essa documentação compõe o elenco de matérias de caráter econômico e administrativo, utilizadas como subsídios à atuação do Ministro da Fazenda, dentro e fora do governo, em particular ao acompanhamento e discussão das matérias econômicas debatidas e votadas no Congresso Nacional. Por outro lado, esse trabalho também auxilia nas respostas a pleitos, questionamentos e indagações de diversos setores e agentes econômicos, públicos e privados, de instituições civis, de pessoas jurídicas e de contribuintes em geral. Os referidos trabalhos, produzidos pela equipe técnica, tomaram, em geral, a forma de notas e pareceres técnicos.

A quantificação dos mesmos pode ser verificada no item deste relatório, referente à documentação e protocolo.

### **2.3. ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL (INTRA-MF E EXTRA-MF)**

A atuação da Secretaria de Política Econômica no estudo e formulação da política econômica, tem encontrado forte expressão na área financeira, abrangendo a maior parte de seus segmentos e componentes.

Para a consecução desses objetivos, a SPE participa dos seguintes órgãos colegiados, de caráter permanente:

- a) **Comissão Técnica da Moeda e do Crédito (COMOC)**, que é a comissão assessora que analisa e discute previamente todos os votos a serem apreciados pelo Conselho Monetário Nacional - CMN. Para o exercício das atribuições do CMN, a SPE interage intensamente com o Banco Central e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como outras secretarias do MF, tais como a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a Secretaria da Receita Federal (SRF) e a Secretaria de Assuntos Internacionais (SAIN), além de outros órgãos como a Secretaria da Previdência Complementar (SPC), do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS). A SPE participa ainda, no âmbito da COMOC, do Comitê de Assuntos Rurais, que analisa, previamente, todos os votos ligados ao setor rural a serem apreciados preliminarmente pela COMOC para a decisão do CMN;
- b) **Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP)**, que é o órgão superior do Sistema de Seguros, Capitalização e Previdência Privada Aberta, atuando a



Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) como a entidade executora das decisões do CNSP. A SPE participa também do Conselho de Recursos, órgão assessor do CNSP para o julgamento de recursos sobre processos já analisados e decididos pela SUSEP ;

- c) **Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC)**, que é o órgão formulador de política na área da previdência complementar fechada (EFPP), sendo a MPAS/SPC o órgão executor das decisões do CGPC;
- d) **Conselho Nacional de Desestatização (CND)**, que é o órgão formulador da política de desestatização das empresas estatais federais. Nesse âmbito, a SPE interage intensamente com o Ministério do Planejamento/DEST, o BNDES e os ministérios supervisores das empresas estatais integrantes do PND.

A participação da Secretaria nos assuntos fiscais também é extensa e abrange não apenas a análise de diversas propostas do Poder Executivo e Legislativo, mas também a participação nos seguintes fóruns:

- a) **Comissão de Controle e Gestão Fiscal (CCF)**, criada com a atribuição de acompanhar e avaliar a evolução da situação fiscal e propor aos Ministros da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão as medidas que assegurem a obtenção do resultado primário estabelecido para cada exercício, bem como dos demais objetivos fiscais;
- b) **Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS)** que é o órgão máximo do sistema de previdência social, presidido pelo Ministro do MPAS;
- c) **Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX)**, que analisa e decide financiamentos com recursos externos (BID, BIRD, agências nacionais, etc.);
- d) **Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA**, colegiado que delibera e homologa decisões sobre a concessão de incentivos fiscais e desonerações para indústrias localizadas na Zona Franca de Manaus. A atuação neste Conselho envolve coordenação e uma forte interação com a Secretaria da Receita Federal e outros órgãos federais e regionais;

A SPE atua ainda em alguns Conselhos e Comissões de natureza mais setorial tais como:

- a) a **Comissão Diretora do Fundo de Marinha Mercante (CDFMM)**, Conselho que delibera sobre o uso dos recursos advindos do adicional de frete para a

renovação da marinha mercante, elemento chave para o financiamento da indústria naval – inclusive *off-shore* – brasileira ;

- b) o **Conselho Nacional de Política Energética (CNPE)** onde ela assessora o Ministro da Fazenda, participando, juntamente com a SEAE/MF dos Comitês Técnicos;
- c) e o **Grupo Executivo para Modernização dos Portos (GEMPO)** grupo que orienta e acompanha a reforma portuária, elemento de destaque dos continuados esforços para aumentar a competitividade das exportações brasileiras e a eficiência da economia em geral, ao reduzir o custo do controle internacional.

Além dos órgãos colegiados e conselhos permanentes, a SPE participa de Grupos de Trabalho (GT) setoriais ou temáticos, tais como:

a) **GT de Mercado de Capitais;**

Este Grupo foi instituído com a atribuição de estudar medidas que estimulem o crescimento da poupança de longo prazo, da intermediação financeira, da eficiência do investimento privado e da redução do custo do capital no Brasil. Cabe a este grupo propor aperfeiçoamentos dos marcos de regulamentação e de fiscalização dos mercados de seguros, resseguros, previdência complementar, ações e demais. O Grupo é presidido pelo Presidente do Banco Central, pelo Secretário de Política Econômica que exerce o encargo de Secretário-Executivo do Grupo, pelos Diretores de Normas e de Política Econômica do Banco Central, Presidente da SUSEP e CVM, Secretário da SPC/MPAS, e do Economista Chefe da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

b) **GT da Habitação.**

O Grupo foi constituído com o objetivo de apresentar propostas de reformulação dos financiamentos do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), nos termos da Exposição de Motivos Interministerial, do Ministério da Fazenda, Casa Civil e Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano (SEDUR), de 06.06.1999. O GT tem representantes da SEDUR, MF/SE, MF/SPE, BACEN/DINOR, BACEN/DIPEC e CAIXA, e realizou várias reuniões com diversos especialistas sobre o tema e com representantes de diversas entidades do segmento imobiliário, como Câmara Brasileira de Indústria de Construção (CBIC), Associação Brasileira de Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (ABECIP), SECOVI/SP, Sinduscon/SP e ABRAPP, além de representantes de instituições financeiras, companhias hipotecárias e entidades de previdência complementar que operam com financiamento imobiliário.

A SPE fez parte também do GT Interministerial que elaborou o Projeto de Lei do Saneamento Básico, do Poder Executivo, enviado em 20.02.2001 ao Congresso Nacional com urgência constitucional, e colaborou nas modificações legislativas necessárias à revitalização da política de crédito para a Indústria Naval (o programa Navega Brasil lançado pelo Presidente da República em no final de 2000)

A Secretaria também coordena , junto com o Banco Central, a participação brasileira no Grupo de Monitoramento Macroeconômico (GMM) do MERCOSUL. O GMM tem se empenhado no aumento da coordenação macroeconômica na região, vista como fator cada vez mais importante para a estabilidade e crescimento das respectivas economias e da área como um todo. Ao final de intensa atividade técnica o GMM harmonizou um número de estatísticas macroeconômicas chaves, que serviram de base para o estabelecimento de metas de médio e longo prazo para os países do MERCOSUL, anunciadas pelos presidentes destes países em dezembro de 2000.

Finalmente, a Secretaria de Política Econômica é responsável, no âmbito do Poder Executivo, e por delegação do Ministro da Fazenda, da coordenação e acompanhamento do Acordo/Programa, firmado com o Fundo Monetário Internacional para o período de dezembro/1998 a dezembro/2001.

#### **2.4. PARTICIPAÇÃO EM PALESTRAS/ENCONTROS/ENTREVISTAS/ARTIGOS**

Durante o ano a relevância do trabalho da Secretaria de Política Econômica pode ser observada pelos mais de 200 eventos, para os quais foi convidada, de natureza diversas e em diferentes localidades do país e no exterior. Inúmeros convites para palestras e fóruns não foram atendidos, seja por indisponibilidade da equipe, seja por restrições orçamentárias. A seguir relacionamos alguns desses eventos nos quais foram feitas palestras e/ou apresentações, bem como ministrados cursos, no âmbito da política macroeconômica.

Tendo em vista o caráter de divulgação e esclarecimento aos diversos agentes públicos e privados da política econômica, e dentro de uma permanente postura ética da Secretaria, que se coaduna integralmente com as diretrizes da Comissão de Ética do Governo Federal, as palestras e cursos são realizados sem remuneração, Nos casos de eventos onde todos os palestrantes são remunerados, esta é doada, formalmente e diretamente pelos promotores, aos programas do Comunidade Solidária.

### CURSOS MINISTRADOS/PALESTRAS PROFERIDAS RESUMO

EVENTO	DATA (*)	LOCAL	PARTICIPANTES
Reunião do Grupo Ad-Hoc de Acompanhamento da Conjuntura Econômica e Comercial do Mercosul	19/03/00	Buenos Aires / ARGENTINA	FERNANDO MONTERO
Seminário "Armonización de Estadísticas Fiscales y Cordinación Macroeconómica"	10/04/00	Buenos Aires / ARGENTINA	JOSE CARLOS J. CARVALHO
Conference Call – Colombia's New Economic Initiatives Political Changes	21/05/00	New York / EUA	EDWARD AMADEO E FERNANDO MONTERO
"I Fórum de Dirigentes dos Fundos Estaduais de Previdência"	02/06/00	Hotel Glória / RJ	EDWARD AMADEO
Reunião Brasil/ Argentina – Grupo de Monitoramento Macroeconômico	12/06/00	BACEN / RJ	BERNARDINO QUEIRÓZ
Sixth Annual Bank Conference on Development in Latin America and the Caribbean (ABCD-LAC6)	19/06/00	Washington D.C / EUA	EDWARD AMADEO
Taller Regional de Programación y Políticas Financieras	29/06/00	Buenos Aires / ARGENTINA	FERNANDO MONTERO
Workshop: "Estratégias para Redução da Pobreza"	29/06/00	ABC / RIO DE JANEIRO	SÉRGIO FERRÃO
Reunião de Trabalho do Fórum de Competitividade da Indústria da Construção Civil	06/07/00	MDICE/ DF	SÉRGIO FERRÃO
Reuniões com Agência Rating	06/07/00	Londres / INGLATERRA	FERNANDO MONTERO
Seminário "Um Ano de Metas para a Inflação"	10/07/00	BACEN / RJ	FERNANDO MONTERO
III Inter American Forum on Microenterprise: Building Partnerships for Microenterprise Development	15/09/00	Barcelona / ESPANHA	JANDIR DE MORAES
Seminário "A Recuperação Brasileira: Um Novo Ciclo de Crescimento Sustentado"	22/09/00	Assoc. Comercial de São Paulo/SP	FERNANDO MONTERO
Doing Business Between Mercosur & the United States	25/09/00	Montevideo / URUGUAI	FERNANDO MONTERO*
Grupo de Monitoramento Macroeconômico do Mercosul e Estados Associados	09/10/00	Rio de Janeiro/RJ	YVAN BAYARDINO
Mesa de debates sobre o tema: "Mercado de Trabalho no Brasil: Políticas Públicas e Perspectivas"	13/10/00	LACEA/FGV/RJ	EDWARD AMADEO
Latin American Network of Central Banks and Financial Ministries -XI Meeting	02/11/00	Washington D.C / EUA	FERNANDO MONTERO
Reunión del Grupo de Monitoreo Macroeconomico (GMM)	23/11/00	Montevideo / URUGUAI	JOAQUIM LEVY
Palestra o "Mundo Globalizado e as Perspectivas Econômicas para 2001"	01/12/00	São Paulo/SP	FERNANDO MONTERO

(\*) A data refere-se à abertura de cada Evento

Durante o ano de 2000 o Secretário Edward Amadeo, juntamente com seus adjuntos e equipe, concedeu diversas entrevistas, sobre a conjuntura econômica, política social, de previdência e outras, que foram divulgadas tanto na mídia impressa como na televisiva. Também foram escritos diversos artigos e publicados em jornais e revistas de circulação nacional. A seguir destacamos alguns artigos elaborados e publicados no exercício de 2000.

**Título:** “Brasil e FMI: um acordo em Aberto?”

**Autores:** Edward Amadeo  
José Carlos Jacob de Carvalho

**Jornal:** Gazeta Mercantil

**Título:** “Entressafra Agrícola e Inflação”

**Autores:** Edward Amadeo  
Evandro Fazendeiro

**Jornal:** Gazeta Mercantil

**Título:** “Papel da Educação em Tempos de Economia Global”

**Autor:** Edward Amadeo

**Jornal:** Valor

**Título:** “A Previdência em Números”

**Autor:** Edward Amadeo

**Jornal:** O Globo

**Título:** “Orçamento Social e as Renúncias Fiscais”

**Autor:** Edward Amadeo

**Jornal:** Valor

### 3. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

#### 3.1. ESTRUTURA REGIMENTAL / QUADRO DE PESSOAL

A amplitude e a complexidade crescentes das atividades desenvolvidas pela equipe técnica aumentaram as exigências de aprimoramento e de profissionalização do quadro administrativo, requerendo não apenas a adequação da sua estrutura de cargos e funções, sem elevação de cargos “unitários”, de forma a adequar a organização funcional à nova coordenação, que passou a ser matricial. Tendo em vista que os recursos disponíveis – orçamentários, financeiros e humanos – se mantiveram constantes, foram necessárias novas medidas de redução e racionalização dos mesmos, de forma a viabilizar a demanda crescente de maneira ágil, eficiente e eficaz.

Um Quadro Comparativo de Pessoal, incluindo os técnicos sem funções de confiança e todo o apoio administrativo, pode ser observado a seguir. É possível observar

uma melhor adequação da estrutura e da alocação física dos servidores, seguindo um novo modelo de coordenação e de trabalho por equipes temáticas.

Cabe destacar que a partir dessa nova estrutura a coordenação dos trabalhos da Secretaria está concentrada no GABINETE. As decisões e a distribuição, bem como a discussão das demandas e de sua execução são tomadas a partir de um colegiado formado pelo Secretário, pelos Secretários-Adjuntos, pelo Assessor Especial e pela Chefia de Gabinete. Os assuntos estão subdivididos em três grandes grupos, de Conjuntura, de Política Fiscal e Institucionais e de Regulação, coordenados, cada um dos grupos, por um dos Secretários-Adjuntos. A coordenação das demandas externas, que exigem parecer, é feita pelo Assessor Especial que estabelece, junto com os respectivos Secretários-Adjuntos, o prazo e o cronograma de execução dos trabalhos. À Chefia de Gabinete cabe, além de suas atribuições de Coordenação Administrativa (ordenadora de despesas, execução orçamentária e financeira, recursos humanos e materiais), o controle e distribuição de toda a documentação, definida em colegiado, bem como o atendimento à imprensa.

Para cada grande grupo, sob a coordenação de um Secretário-Adjunto existe uma equipe técnica que trabalha em total integração com as demais equipes. Até porque diversos assuntos e em particular a elaboração do Boletim Macroeconômico, exige a participação de toda equipe técnica da Secretaria. Da mesma forma outros produtos podem e são demandados pelo Secretário de Política Econômica exigindo muitas vezes técnicos da área fiscal, institucional e de conjuntura.

A Secretaria de Política Econômica tem procurado substituir eventuais exonerações e/ou movimentação de pessoal da forma mais racional possível, procurando adequar o perfil funcional ao desenvolvimento dos trabalhos. Também com o intuito de racionalidade e melhor utilização dos recursos disponíveis, tem procurado a melhor alocação física e de equipamentos de informática e “software”, de forma que os respectivos grupos trabalhem o mais próximo possível. Com esse objetivo foi feita, em 2000 uma nova adequação do espaço físico do gabinete, permitindo a alocação dos três Secretários-Adjuntos, do Assessor Especial, da Chefia de Gabinete, da assistente do Gabinete, e de uma Sala de Reuniões. Também foi racionalizado o espaço físico do Protocolo permitindo a alocação de uma segunda Sala de Reuniões, numa área antes ocupada apenas pela Divisão de Documentação (Protocolo). Cabe lembrar que, anteriormente, o mesmo espaço era ocupado apenas pelo Secretário, dois Secretários-Adjuntos, pela Chefia do Gabinete e por duas salas de reuniões.

**QUADRO COMPARATIVO DE PESSOAL  
1999/2000**

ÁREA DE EXERCÍCIO	CARGO/FUNÇÃO	CÓDIGO	QUANT.	ÁREA DE EXERCÍCIO	CARGO/FUNÇÃO	CÓDIGO	QUANT.
1999				2000			
<b>GABINETE</b>	Secretário	DAS 101.6	1	<b>GABINETE</b>	Secretário	DAS 101.6	1
	Secretário-Adjunto	DAS 101.5	2		Secretário-Adjunto	DAS 101.5	3
	Chefe de Gabinete	DAS 101.4	1		Chefe de Gabinete	DAS 101.4	1
	Assessor	DAS 102.4	1		Assessor	DAS 102.3	1
	Coordenador	DAS 101.3	1		<b>ASSISTÊNCIA DE INFORMÁTICA</b>	Assistente	DAS 102.2
			Auxiliar	DAS 102.1		2	
			Agente Administrativo	FG1		1	
			Agente Administrativo	-		1	
			Estagiários	-		3	
<b>APOIO</b>	Chefe de Divisão	DAS 101.2	2	<b>APOIO</b>	Assistente	DAS 102.2	3
	Chefe de Serviço	DAS 101.1	4		Auxiliar	DAS 102.1	4
	Motorista	FG1	2		Secretaria	-	3
	Secretaria	-	3		Motorista	FG1	2
	Recepcionista	-	2			FG3	1
	Contínuo	-	2		Recepcionista	-	2
					Atendente	-	2
<b>Subtotal (1)</b>	-	-	<b>21</b>	<b>Subtotal (1)</b>	-	-	<b>31</b>
<b>ÁREA TÉCNICA</b>	Coordenador-Geral	DAS 101.4	11	<b>ÁREA TÉCNICA</b>	Coordenador-Geral	DAS 101.4	10
	Coordenador	DAS 101.3	10		Coordenador	DAS 101.3	9
	Gestor	-	4		Assistente	DAS 102.2	1
<b>APOIO</b>	Secretária	FG1	3	<b>APOIO</b>	Gestor	-	2
		FG3	1		Secretária	FG1	2
						FG3	2
					-	3	
<b>Subtotal (2)</b>	-	-	<b>29</b>	<b>Subtotal (2)</b>	-	-	<b>29</b>

(continuação)

**QUADRO COMPARATIVO DE PESSOAL  
1999/2000**

<b>ÁREA ADMINISTRATIVA</b>	Coordenador	DAS 101.3	1	<b>ÁREA ADMINISTRATIVA</b>	Coordenador	DAS 101.3	1
	Chefe de Divisão	DAS 101.2	5		Chefe de Divisão	DAS 101.2	4
	Chefe de Serviço	DAS 101.1	4		Chefe de Serviço	DAS 101.1	2
<b>APOIO</b>		FG1	6	<b>APOIO</b>	Técnico	-	1
		FG2	2			FG1	4
		FG3	3			FG2	2
		-	3			FG3	-
	Técnico	-	1		Agente de Portaria	-	2
	Agente Administrativo	-	1		Recepcionista	-	2
	Agente de Portaria	-	2		Garçom	-	2
	Recepcionista	-	2		Copeira	-	2
	Garçom	-	2		Secretária	-	1
	Copeira	-	2		Atendente	-	1
	Contínuo	-	2		Aux. de Informática	-	2
	Aux. de Informática	-	1				
<b>Subtotal (3)</b>	-	-	<b>37</b>	<b>Subtotal (3)</b>	-	-	<b>26</b>
<b>Total (1+2+3)</b>	-	-	<b>87</b>	<b>Total (1+2+3)</b>	-	-	<b>86</b>



### **3.1.1. QUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES**

O corpo técnico da SPE é composto, em sua grande maioria, por economistas, com qualificação média bastante elevada, tendo em nossos quadros 25 economistas, dos quais 17 com mestrado e 5 com doutorado. Por outro lado, dado que esta Secretaria não dispõe de Carreira estruturada o contingente de técnicos sem vínculo com a administração pública federal é maior do que o desejável.

A Coordenação Administrativa da SPE é composta por 37 funcionários distribuídos pelas áreas de pessoal, informática, documentação e protocolo, contabilidade orçamentária e financeira, material e patrimônio e serviços gerais, sendo que uma parcela expressiva possui formação superior, destacando também neste grupo os Analistas de Finanças e Controle e Técnicos de Finanças e Controle que colaboram para o melhor desempenho das atribuições administrativas.

### **3.1.2. TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO**

As atividades de treinamento e aperfeiçoamento, tanto dos técnicos quanto dos servidores de apoio administrativo foram significativas. Foram realizados treinamentos internos de informática, e externos diversos que foram desde cursos ministrados pelo Fundo Monetário Internacional – FMI, em Washington, até os cursos extensivos de língua estrangeira (Inglês e Espanhol) oferecidos pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos do Ministério da Fazenda, por meio da Escola de Administração Fazendária – ESAF. Houveram também diversas participações em Seminários realizados em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, envolvendo áreas fiscais, de previdência social e complementar, sistema financeiro, microcrédito e outras. Abaixo estão relacionados parte desses treinamentos, bem como o número de servidores participantes.

### TREINAMENTOS RECEBIDOS RESUMO

CURSO / SEMINARIO	DATA INÍCIO	LOCAL	PARTICIPANTE
Seminário "2000 cenários"	10/02/00	FGV / RJ	JOSÉ CARLOS JACOB DE CARVALHO
Seminário de "Renovação da Frota Nacional e Reciclagem de Veículos"	13/03/00	São Paulo / SP	ANA PAULA JANES VESCOVI
Seminário Internacional sobre Estratégias e Instrumentos p/ Promoção da Qualidade do Gasto Público	22/03/00	Salvador / BA	MARY BRITO SILVEIRA
Seminário sobre "As Condições de Comercialização da Safra 1999/2000"	23/03/00	São Paulo / SP	EVANDRO FAZENDEIRO
Seminário "Perspectivas da Economia Brasileira em 2000"	31/03/00	São Paulo / SP	MURILO MATOS CHAIM
Seminário Internacional sobre Microfinanças	02/05/00	BNDES / RJ	JANDIR FEITOSA
Seminário sobre Economia Brasileira	08/05/00	Internews /SP	PAULO GUILHERME
"International Economic Policy Seminar"	23/05/00	Tokyo / Japão	ROBERTO SHOJI OGASAVARA
Seminário de Política Monetária e Regulamentação Bancária	26/06/00	Lisboa / PORTUGAL	JANDIR DE MORAES
Reunião Técnica com Entidades Oficiais e Privadas do Mercado de Seguro Canadense, visando o Desenvolvimento de Regulamentação Específica sobre o Mercado de "Annuities"	11/08/00	Toronto / CANADÁ	MURILO CHAIM
Seminário " A Experiência Internacional e os Desafios Regulatórios da Previdência Complementar "	19/10/00	São Paulo / SP	MURILO MATOS CHAIM e MARY BRITO
10º Encontro - Encontro Nacional de Gestão de Recursos Humanos do Planalto	24/10/00	ABRH / Brasília / DF	FRANCISCO GARCIA, IVONETE E REGINA RESENDE
Encontro Nacional de Desburocratização	21/11/00	ESAF / Brasília / DF	GLACIENE BANDEIRA
Seminário Latino Americano de Contas Trimestrais	23/11/00	IBGE / RJ	PAULO MÓL JÚNIOR
Seminário sobre Redução da Jornada de Trabalho promovido pela Pontifícia Universidade Católica	24/11/00	PUC / RJ	PAULO GUILHERME
Seminário Interno do IBGE, sobre Dessazonalização do PIB	27/11/00	Rio de Janeiro / RJ	ANA PAULA JANES VESCOVI
Seminário Internacional da Reforma do Sistema de Previdência na América Latina –	30/11/00	CEPAL / RJ	JOAQUIM LEVY e MARY BRITO
Seminário IPEA/CEPAL, sobre Indicadores Antecedentes	04/12/00	Rio de Janeiro / RJ	FABIO SERVO
Seminário 10 anos do Programa Nacional de Desestatização - PND - Promovido pelo BNDES	04/12/00	BNDES / RJ	PAULO GUILHERME
"Ajuste Macroeconômico e Temas Relacionados ao Sistema Financeiro" – Cooperação Técnica FMI	05/12/00	Washington / EUA	DANIEL SIGELMANN E MURILO MATOS CHAIM

### 3.2. DOCUMENTAÇÃO/PROTOCOLO

A Divisão de Documentação e Protocolo mantém um horário de funcionamento de 8:00 às 20:00 hs e a ela compete organizar, supervisionar, controlar e processar toda a documentação recebida e expedida pela Secretaria. Esse controle é hoje elaborado de forma mista, manual e informatizada. A documentação expedida segue o modelo padrão estabelecido pelo órgão central de administração, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e numerada anualmente. Esta documentação é arquivada, ainda em papel, organizada de forma a permitir a consulta, a qualquer tempo, aos trabalhos realizados, notas técnicas, pareceres, ofícios, memorandos e outros documentos.

Dado que, além dos dados informatizados utilizados pela equipe técnica da Secretaria, são também utilizadas publicações diversas, essa Divisão mantém, de forma organizada e catalogada, todas as edições e “papers” para utilização comum dos técnicos.

A coordenação dos serviços fica a cargo da Chefe de Divisão, bacharel em Biblioteconomia.

A título de demonstração dimensionamos abaixo o quantitativo de documentos recebidos, expedidos e controlados pela Divisão, no exercício de 2000.

<b>Documentos</b>	<b>Nº</b>
<b><i>Recebidos (Registros no COMPROT)</i></b>	<b>2.379</b>
<b><i>Expedidos/Elaborados na SPE</i></b>	<b>1.507</b>
Memorandos	935
Ofícios	233
Pareceres	319
Notas Técnicas	20
<b><i>Pesquisa Legislativa</i></b>	<b>1.500</b>
<b><i>Meios de Expedição</i></b>	
Fax	1.500
por correio	1.141
por carro	791
interno MF	520

Tendo em vista a dupla contagem em alguns registros apontados acima não fizemos a totalização da tramitação. Esses números foram apresentados apenas com o intuito de ilustrar a movimentação de documentos na Secretaria. Cabe ressaltar ainda que a maioria dos documentos recebidos, em particular as solicitações de análises e pareceres, são provenientes da Assessoria de Assuntos Parlamentares, deste Ministério. Em menor quantidade são demandados análises e pareceres diretamente do Gabinete do Ministro e da Secretaria Executiva.

### **3.3. RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E DE INFORMAÇÃO**

A Assessoria de Informática tem como principal objetivo acompanhar e fazer cumprir o contrato firmado com o Serviço de Processamento de Dados – SERPRO, instrumento necessário à implementação e manutenção do Sistema Informatizado da SPE. Para que o Sistema funcione a contento o seu acompanhamento requer a garantia dos equipamentos necessários e em operação ininterrupta, bem como a manutenção e atualização dos “softwares” utilizados. As faturas mensais são acompanhadas detalhadamente e somente após a efetiva certificação da realização dos serviços, são atestadas e encaminhadas ao setor de pagamento.

O suporte técnico dos equipamentos, tais como periféricos, instalação, configuração e remanejamento e cópias de segurança, bem como aos usuários, tais como instalação de “softwares”, programação, desenvolvimento e acompanhamento de sistemas em ACCESS, acionamento e acompanhamento de chamadas junto ao SERPRO, etc. também é efetivado pela Assessoria de Informática. A realização desses trabalhos, pela própria equipe da Informática, tem trazido economia de tempo e aumento da produtividade no trabalho dos técnicos. O suporte feito pelo SERPRO nem sempre é ágil como desejado. Isso não significa desempenhar o trabalho contratado, mas resolver pequenas demandas que podem ser feitas internamente com a equipe existente.

Por outro lado, o trabalho da Assessoria de Informática é de fundamental importância na execução do nosso principal produto mensal – o Boletim de Acompanhamento Macroeconômico. Assim, foram desenvolvidos trabalhos tais como suporte técnico aos usuários do Sistema, na editoração, revisão final, divulgação (via Internet) e impressão dos Boletins , e de outros documentos expedidos pela Secretaria.

A Assessoria também auxilia nas diversas apresentações, em “Powerpoint”, elaboradas pela Secretaria, bem como na preparação dos equipamentos multimeios, necessários às mesmas.

O Quadro Resumo a seguir traz uma comparação dos gastos efetivados com os diversos serviços contratados em 1999, 2000 e a previsão para 2001. Podemos observar que, após um minucioso trabalho de racionalização dos serviços, em geral, (cancelamento dos não utilizados e compartilhamento dos subutilizados) melhor controle dos serviços e “softwares” oferecidos, compartilhamento de impressoras, redução e/ou compartilhamento de correios eletrônicos, agências de notícias, dentre outras medidas, o valor dispendido em 1999, que estava previsto para cerca de R\$ 240.000,00, foi reduzido para aproximadamente R\$ 198.000,00.

No exercício de 2000 esse valor foi acrescido em torno de 23% em parte devido ao aumento dos serviços prestados, reflexo do acréscimo da equipe, mas principalmente por questões metodológicas na cobrança de determinados serviços.

No serviço Agências de Informações, observa-se uma elevação de cerca de 100% devido ao faturamento do acesso às informações, até então em “demonstração”, e portanto sem nenhum ônus.. Para 2001 fizemos nova avaliação da real utilização dessas agências de informações e apesar da majoração ocorrida em praticamente todas as agência, conseguimos manter o seu custo no mesmo nível de 2000.

No serviço Acesso Multiprotocolar observamos uma elevação no seu custo de cerca de 100% de 1999 para 2000 e uma redução de 18% prevista para 2001. Ocorre que em 1999 a medição desse item resumia-se ao produto do valor unitário, e fixo, de R\$ 38,27 pelo número de estações conectadas à rede, à época 55 estações, o que representava uma despesa média mensal de R\$ 2.000,00. No ano de 2000, sem que nenhuma negociação fosse feita com os contratantes, o SERPRO passou a medir esse serviço na forma de rateio condominial. Essa nova forma de cobrança prejudicou imensamente os órgãos com reduzido número de estações de trabalho como a SPE e o valor cobrado foi considerado inadmissível. Após meses de negociações e na impossibilidade de uma medição diferente naquele ano fechamos um acordo com o SERPRO, no qual nós assumimos 50% do montante cobrado e os outros 50% foram absorvidos pela empresa. Para o exercício de 2001 nova metodologia foi adotada e, após discussão e apresentação da mesma, pela Diretoria do SERPRO, foi considerada, pela SPE, como aceitável.

Finalmente cabe observar que o parque de equipamentos existente encontra-se em fase final de amortização e já se faz necessária iniciar a sua renovação/atualização. Para isto estamos prevendo recursos da ordem de R\$ 43.000,00 para o exercício de 2001.

## QUADRO RESUMO CONTRATO SERPRO

1999-2001

R\$ 1,00

Serviço	Executado		Previsão 2001
	1999	2000	
Correio Eletrônico	11.081	15.439	12.423
Acesso Multiprotocolar	24.406	53.656	44.065
Agências de Informações	73.406	130.972	130.304
Serviço Rede Local	24.403	28.372	53.973
Equipamentos ( <i>Hardware</i> )	64.557	13.959	7.237
Total de Serviços	197.853	242.398	248.002
Renovação Equipamentos ( <i>Hardware</i> )	0	0	42.878
<b>Total Geral</b>	<b>197.853</b>	<b>242.400</b>	<b>290.880</b>

**3.4. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS**

Para o Exercício Financeiro de 2000, a Secretaria de Política Econômica encaminhou sua proposta orçamentária no valor global de R\$ 950.000,00 destinados à manutenção das suas ações, previstas no PPA. Dessa proposta foram aprovados na Lei Orçamentária o valor de R\$ 632.400,00 dos quais, mediante os limites estabelecidos para empenhos até dezembro/2000, pelo Decreto nº 3.473/00, restringiram-se a R\$ 564.305,00, representando uma redução de 12% no montante global dos recursos destinados, em lei, ao custeio das atividades finalísticas desta Secretaria.

Conforme demonstrado no quadro abaixo, o descontigenciamento solicitado evidencia tão somente a recomposição do montante aprovado na Lei Orçamentária, sendo que a execução das despesas alcançou o percentual de 93% em relação à dotação autorizada. Esse descontigenciamento permitiu a viabilização e continuidade da execução das metas estabelecidas pela Secretaria, assegurando o cumprimento de seus objetivos e resultados esperados.

Relativamente, ao contrato de informática, firmado com o SERPRO, a dotação solicitada foi de R\$ 450.000,00 e o valor aprovado foi de R\$ 242.400,00, sendo 100% executado.

**QUADRO RESUMO DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA SPE  
2000**

R\$ 1,00

Funcional Programática	Grupo Despesa	Dotação Lei nº 9969/00 (A)	Limite Empenho Até Dez/00 Dec nº 3473/00 (B)	Descontingen. Solicitado (C)	Dotação Autorizada (D)	Executado Até Dez/00 (E)	% E/D
04.121.0771.2066.0001 Análises Macroeconômicas	3 4	388.000 2000	346.006 2.000	41.994 0	388.000 2.000	344.597 2.000	
<b>Subtotal</b>		<b>390.000</b>	<b>348.006</b>	<b>41.994</b>	<b>390.000</b>	<b>346.597</b>	<b>89%</b>
04.126.0771.2083.0001 Sistemas informatizados SPE	3	242.400	216.299	26.101	242.400	242.400	
<b>Subtotal</b>		<b>242.400</b>	<b>216.299</b>	<b>26.101</b>	<b>242.400</b>	<b>242.400</b>	<b>100%</b>
<b>Total</b>		<b>632.400</b>	<b>564.305</b>	<b>68.095</b>	<b>632.400</b>	<b>588.997</b>	<b>93%</b>

### **3.5. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

A execução orçamentária e financeira da SPE em 2000 foi bastante austera nos seus itens recorrentes, propiciando o pagamento dos serviços de alteração do “lay-out” do Gabinete e ainda o cancelamento de cerca de R\$ 30.000,00 do valor disponibilizado para empenho. Entretanto essa devolução não decorreu apenas de uma “economia” de recursos e sim de uma previsão que se revelou superestimada dado o grau de imprevisibilidade das viagens internacionais, em particular o processo de negociação com o Fundo Monetário Internacional. Havia a necessidade de adequação do espaço físico e na incerteza de que tais despesas pudessem ser cobertas com os recursos previstos e eventualmente não utilizados para passagens e diárias, solicitamos à Sub-Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA, um reforço de recursos que, ao final do exercício não foi totalmente utilizado, representando, assim o cancelamento dos mesmos.

Cabe lembrar que grande parte de nosso orçamento refere-se a despesas de locomoção o que nem sempre é previsível, pois depende de necessidades específicas, consequentes do quadro de conjuntura econômica nacional ou de prioridades estabelecidas pelo Ministro, que se sobrepõem às atribuições da Secretaria. Por outro lado, dada a situação adversa de 1999, quando convivemos, por um determinado período, com duas Secretarias e dois orçamentos, a programação para 2000, baseada na execução do exercício anterior, ficou prejudicada. Para 2001 a previsão e a programação dos gastos foi aperfeiçoada, seja pela comparação com o exercício de 2000, seja pelo fato de que a equipe, em 2000, foi consolidada. Os quadros relevantes foram preenchidos e as eventuais variações na equipe técnica, ao longo de 2001, não deverão representar alterações significativas de gastos.



## PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

R\$

EXERCÍCIO								
			1999	2000			2001	
PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA DESPESA	ESPECIFICAÇÃO	EXECUTADO	DOTAÇÃO APROVADA	EXECUTADO	%	DOTAÇÃO PL	DOTAÇÃO LEI
04.121.0771.2066.0001	335039	Estagiários	0	10.000,00	6.687,40	66,87		
	339014	Diárias	54.747,72	40.000,00	37.749,28	94,37		
	339030	Mat. Consumo	19.165,32	15.000,00	14.978,69	99,86		
	339033	Passagens	123.476,14	237.000,00	202.615,57	85,49		
	339036	Serviços P.Física	2.202,40	4.000,00	1.233,50	30,84		
	339039	Serviços P.Júridica	64.537,02	82.000,00	81.332,53	99,19		
		Mídia	0		27.132,93			
		P. Lógico	0		5.170,00			
		Reforma	0		41.537,02			
		Tendência	0		3.186,48			
	Publicações	0		1.920,00				
	Diversos/Xerox/Chaveiro	0		2.386,10			360.000,00	334.800,00
	449052	Investimento	2.349,00	2.000,00	2.000,00	100,00	40.000,00	40.000,00
<b>SUBTOTAL</b>			<b>266.477,60</b>	<b>390.000,00</b>	<b>346.596,97</b>	<b>88,87</b>	<b>400.000,00</b>	<b>374.800,00</b>
04.126.0771.2083.0001	339039	Serv.P.Jurídica(SERPRO)	197.855,23	242.400,00	242.400,00	100,0	303.000,00	290.880,00
<b>Sistemas Informatizados</b>								
<b>TOTAL</b>			<b>464.332,83</b>	<b>632.400,00</b>	<b>588.996,97</b>	<b>93,14</b>	<b>703.000,00</b>	<b>665.680,00</b>

### **3.6. INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA**


Em 2000, foi constatado o desaparecimento de um microcomputador NOTEBOOK, de propriedade do Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, sob responsabilidade da SPE (Assessoria de informática), sendo objeto de instauração de sindicância instituída pela Portaria nº 013/SPE/mf, DE 30.11.2000, publicada no Boletim de Serviço, nº 48/2000, 01.12.2000, concluindo-se que cabe a empresa de vigilância contratada pelo Ministério da Fazenda, a responsabilidade pela reposição do bem furtado, fato esse encaminhado à Delegacia de Administração do Ministério da Fazenda, em Brasília – DF, para as providências cabíveis.

#### 4. CONCLUSÃO

O exercício de 2000 representou, para essa Secretaria, um ano de consolidação e de “arrumação”. Após termos superado as dificuldades do exercício de 1999, um período conturbado, seja por alterações de estrutura, equipe incompleta, recursos humanos, orçamentários e financeiros insuficientes, elaboração do PPA - que trouxe uma nova metodologia de trabalho e de execução orçamentária e financeira - chegamos em 2000 com os instrumentos necessários a uma boa execução dos nossos trabalhos, sejam eles técnicos ou administrativos.

Os resultados apresentados neste Relatório demonstram essa consolidação e o atingimento dos objetivos e metas previstas para o exercício. Se levarmos em consideração as metas estabelecidas nas ações do Programa Gestão de Política Econômica podemos considerar que nosso resultado foi “superavitário”. Os pontos fortes se sobrepuseram aos pontos fracos, elevou-se nitidamente a produtividade do trabalho e o grau de satisfação interna e externa à Secretaria.

Esses resultados refletem o esforço de coordenação de seus gestores que souberam liderar e motivar suas equipes fazendo com que o trabalho fluísse de uma forma organizada e produtiva, maximizando a capacidade do qualificado corpo técnico da Secretaria.



**Edward Amadeo**  
Secretário de Política Econômica

**Mary Brito Silveira**  
Ordenadora de Despesas